



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

BOLETIM SEMANAL

**Julgados do Superior Tribunal de Justiça
publicados entre 18/02/2026 e 20/02/2026**

1. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2981286/SP. Relator Ministro MESSOD AZULAY NETO

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE
DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL EM EMENTA DE
ACÓRDÃO. CORREÇÃO SEM EFEITOS INFRINGENTES.
EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS. (...) a ementa
não possui conteúdo decisório autônomo,
servindo apenas como síntese do julgado, de
modo que eventual erro material em sua redação
não invalida o acórdão, desde que o corpo da
decisão esteja íntegro, coerente e devidamente
fundamentado.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

2. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 3046492/MS. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO. **BIS IN IDEM NA DOSIMETRIA DA PENA. EMBARGOS ACOLHIDOS.**

3. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS 1057900/SP. Relator Ministro MESSOD AZULAY NETO

EMENTA: DIREITO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. **TRÁFICO DE DROGAS. RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. REDUÇÃO DE PENA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

4. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 3011219/SC. Relatora Ministra MARIA MARLUCE CALDAS

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL E DIREITO AMBIENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME AMBIENTAL. ART. 38-A DA LEI Nº 9.605/1998. **DESTRUIÇÃO OU DANIFICAÇÃO DE VEGETAÇÃO DO BIOMA MATA ATLÂNTICA. DELITO QUE DEIXA VESTÍGIOS. AUSÊNCIA DE LAUDO PERICIAL. ART. 158 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. EXAME DE CORPO DE DELITO INDISPENSÁVEL. VESTÍGIOS EXISTENTES E PERÍCIA PLENAMENTE REALIZÁVEL. IMPOSSIBILIDADE DE SUPRIMENTO POR PROVA TESTEMUNHAL OU DOCUMENTAL. ART. 167 DO CPP NÃO CONFIGURADO. REVALORAÇÃO JURÍDICA DA PROVA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 7/STJ. DIVERGÊNCIA COM JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO STJ. SÚMULA Nº 568/STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. ABSOLVIÇÃO POR AUSÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE. ART. 386, II, DO CPP.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

5. HABEAS CORPUS 1034579/SP. Relatora Ministra MARIA MARLUCE CALDAS

EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. **TRÁFICO DE DROGAS**. ART. 33, CAPUT, C/C ART. 40, III, DA LEI 11.343/2006. **PEQUENA QUANTIDADE. 12,15 GRAMAS DE COCAÍNA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONCRETOS DE MERCANCIA. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO TEMA 506 DO STF. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O ART. 28 DA LEI DE DROGAS. ORDEM CONCEDIDA.**

6. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO HABEAS CORPUS 1054399/RN. Relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

EMENTA: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. **IMPETRAÇÃO DEDUZIDA CONTRA ACÓRDÃO TRANSITADO EM JULGADO. GRANDE LAPSO TEMPORAL ENTRE A DATA DO JULGAMENTO DO ACÓRDÃO IMPUGNADO E A IMPETRAÇÃO. INVIABILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECLUSÃO. NECESSIDADE DE RESPEITO À SEGURANÇA JURÍDICA E A COISA JULGADA. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

7. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2703204/BA. Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. **TRANSCRIÇÃO DE EMENTA. ERRO MATERIAL. CONFIGURAÇÃO.** RECURSO EXTRAORDINÁRIO. APLICAÇÃO DO RITO DA REPERCUSSÃO GERAL. **AUSÊNCIA DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.**

8. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA RECLAMAÇÃO 48698/RJ. Relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. **COMPETÊNCIA PENAL ORIGINÁRIA DO STJ. MEMBRO DE TRIBUNAL DE CONTAS. CRIMES ANTERIORES.** (...) **Compete ao STJ julgar os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal (art. 105, I, "a", da CF), ainda que por fatos anteriores à posse no cargo. O encerramento da instrução em primeira instância não leva à perpetuação da jurisdição.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

9. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 1243270/SP. Relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CRIMES AMBIENTAIS. NULIDADE DO JULGAMENTO DO AGRAVO REGIMENTAL. FUNDAMENTAÇÃO PER RELATIONEM. PRESCRIÇÃO. ERRO MATERIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

10. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2799287/BA. Relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NULIDADE NÃO VERIFICADA. INCLUSÃO DO AGRAVO REGIMENTAL EM PAUTA DE JULGAMENTO. CONSUMAÇÃO DO DELITO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS PARA CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

11. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS 1014212/ES. Relator Ministro CARLOS PIRES BRANDÃO

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. **HOMICÍDIO QUALIFICADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. PROVA DIGITAL. CADEIA DE CUSTÓDIA. NECESSIDADE DE PERÍCIA TÉCNICA COMPLEMENTAR. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO DA FIDEDIGNIDADE DOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS DIGITAIS. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES. PROPORCIONALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE PROVIDO.**

12. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS 1023998/SP. Relator Ministro CARLOS PIRES BRANDÃO

EMENTA: DIREITO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. **TRÁFICO DE ENTORPECENTES. AFASTAMENTO DA MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS DEVIDAMENTE FUNDAMENTADAS. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AGRAVO REGIMENTAL PARCIALMENTE CONHECIDO E NESSA EXTENSÃO NÃO PROVIDO.**



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

13. HABEAS CORPUS 843548/SC. Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR

EMENTA: HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. REVISÃO CRIMINAL. PROVA NOVA. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. POSSIBILIDADE.

14. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS 1015959/SP. Ministro CARLOS PIRES BRANDÃO

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. **CABIMENTO DE PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CONTRA ACÓRDÃO COLEGIADO. PEDIDO NÃO CONHECIDO.** (...) 3. **O pedido de reconsideração contra acórdão colegiado é manifestamente incabível, pois não encontra previsão na legislação processual ou no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.**

4. A interposição de modalidade recursal inexistente ou inadequada configura erro grosseiro, o que impede o conhecimento do pedido.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

15. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2082607/PR. Relatora Ministra MARIA MARLUCE CALDAS

EMENTA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA PELA TENTATIVA DE FEMINICÍDIO. APLICAÇÃO DE FRAÇÃO INTERMEDIÁRIA (9/20) EM LUGAR DA FRAÇÃO MÍNIMA (1/3). AFASTAMENTO DA SÚMULA 7. CABIMENTO. PROXIMIDADE DO RESULTADO MORTE. HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA DA FRAÇÃO MÍNIMA. PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO.

16. REVISÃO CRIMINAL 6558/SP. Ministro CARLOS PIRES BRANDÃO

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL PENAL. REVISÃO CRIMINAL. MUDANÇA DE REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA E SUBSTITUIÇÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. AUSÊNCIA DE CONTRARIEDADE À LEI. NÃO CABIMENTO DO PLEITO REVISIONAL QUE BUSCA REDISCUTIR MATÉRIA JÁ DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA ORIGEM. REVISÃO CRIMINAL NÃO CONHECIDA.



MPCE
Ministério Público
do Estado do Ceará

17. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO HABEAS CORPUS 1051822/RS. Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR

EMENTA: PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO ESSENCIAL À ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES. AÇÃO DE NATUREZA MANDAMENTAL QUE EXIGE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. INVIABILIDADE DE EXAME DA PRETENSÃO. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento.